

UNIVERSIDADES ESTADUAIS NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Maria Edgleuma de Andrade

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
edgleumadeandrade@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho objetiva discutir o papel das universidades estaduais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil no período de 1995 a 2008, tendo como referência a realidade do Estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo bibliográfico e análise de dados estatísticos oriundos do Censo da Educação Superior MEC/INEP e de documentos institucionais. Os dados mostram na região Nordeste e no Rio Grande do Norte a presença de universidades estaduais tradicionalmente interiorizadas, que contempla parte das necessidades do interior dos Estados, em contraponto com o segmento privado de ensino superior que é recente e menos intenso do que em outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: universidades estaduais; ensino superior; expansão

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem por objetivo discutir o papel das universidades estaduais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil no período de 1995 a 2008, tendo como referência a realidade do Estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo bibliográfico e análise de dados estatísticos oriundos do Censo da Educação Superior MEC/INEP e de documentos institucionais.

O Ensino Superior alcançou a partir dos anos de 1990 uma intensificação da oferta e ampliação de vagas. Esta expansão, apesar de predominante no setor privado 90% (estas em sua maioria exclusivamente voltadas ao ensino – faculdades, escolas, institutos), se destaca também no setor público (em instituições mais complexas: universidades, centros tecnológicos), tais como a criação de novos *campi* e cursos nas IFES, e nas universidades estaduais (BRASIL, 2009).

Nesse panorama, é importante considerar o peso das universidades estaduais na geração de conhecimento e no impacto em diferentes áreas que se estendem país afora. O Brasil dispõe de uma rede de universidades estaduais de ensino superiores (19,67%), tradicionalmente interiorizadas, que atende a uma quantidade significativa de estudantes, concorrendo com a rede federal (30,05%) na liderança do segmento público (BRASIL, 2009).

Esta realidade nos instigou a investigar a contribuição da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ), que nos últimos cinco anos alcançou uma expansão significativa na oferta de vagas, e abertura de novos cursos, aliada a ampliação de suas unidades no interior do Estado, frente ao contexto macro-nacional que vem traçando novos (re) ordenamentos para o ensino superior.

Nosso debate se insere no cenário nacional da educação superior, que ao longo de sua trajetória vem passando por expressivas transformações em vários aspectos: na sua forma de organização, no acesso, tamanho, na pluralidade de objetivos e competências dentre outros. Isso, resultado da dinâmica

das mudanças políticas, sociais, econômicas e educacionais vivenciadas no país, e também do reflexo destas no âmbito mundial, tais como a globalização e a sociedade do conhecimento.

1. Cenário nacional: a dinâmica da expansão da educação superior

As transformações que vem ocorrendo no contexto mundial através da globalização do capitalismo têm ocasionado mudanças significativas nas relações sociais, nas formas do processo de trabalho, na expressiva revolução tecnológica e ênfase aos preceitos neoliberais. O que, por conseguinte vai minimizar a atuação do Estado nas políticas sociais, uma vez que “o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública” (DOURADO, 2002, p.237).

Segundo Morrow & Torres (2004) as implicações no contexto da educação são diversas, sendo possível identificar um efeito estrutural e crucial, que define a globalização neoliberal: a mercantilização. Desse modo, o quadro de relações entre globalização, educação e Estado assumem contextos e transformações específicas, enfatizando os imperativos da produção flexível que são exigidos pela competitividade internacional.

Tal lógica assume nas duas últimas décadas implicações substantiva nas políticas educacionais no Brasil, sob a influência da Reforma do Estado pautada por preceitos convergentes e/ou divergentes, que no caso específico da educação superior passa por diversas modificações, tais como mudanças no currículo, na avaliação, financiamento, e expansão.

A expansão da educação superior no Brasil assume desdobramentos educacionais, econômicos e sociais ao longo de vários períodos:

- a) de 1960 a 1964 – correspondendo a um período de grave crise econômica, social e política, em que a demanda por ensino superior começa a fazer pressão;
- b) de 1964 a 1969 – compreendendo a consolidação do regime militar, em que a demanda reprimida continua a aumentar o seu poder de pressão;
- c) de 1969 a 1974 – correspondendo ao período do chamado “milagre brasileiro”, em que o governo responde às pressões com a expansão dos cursos, das unidades e das vagas;
- d) de 1974 a 1980 – período em que o governo aciona mecanismos para conter a expansão que ele próprio incentivara no período anterior (MADEIRA, 1981, p. 20-21).

Posteriormente, vamos ter no período de 1989 a 2002 a grande efervescência da expansão do ensino superior brasileiro. Com grande desequilíbrio entre as instituições públicas e privadas. Momento em que estas últimas contribuíam com cerca de 76% das matrículas.

Verifica-se uma explosão de demanda pelo ensino superior no Brasil, conseqüência do aumento no número de alunos matriculados e concluintes no ensino médio. Essa elevação da demanda provoca uma violenta pressão da sociedade pelo aumento de vagas na educação superior [...] O número de estudantes saltou de 1.518.904 para 3.479.913, ou seja, um aumento porcentual de 129,1%. Foram efetivadas 1.961.009 novas matrículas. (OLIVEIRA, DOURADO, AMARAL, 2006, p. 17).

A expansão da educação superior adquire maior visibilidade na década de 1990, e esta, resulta das necessidades políticas e econômicas e em razão da demanda social por maior escola-

rização, dada a um maior quantitativo de alunos concluintes do ensino médio – o que pressiona o governo a responder a nova realidade, através da ampliação de vagas e oferta de cursos no sistema público e a proliferação de instituições privadas que passam de forma significativa a contar com apoio financeiro do governo (OLIVEIRA, DOURADO, AMARAL, 2006).

Nesse processo tem destaque a diversificação da educação superior, que mesmo existindo antes da Constituição Federal de 1988, se intensifica com a promulgação da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN), que facilita ainda mais a diversificação e diferenciação da educação superior, quando prevê no art. 45 “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

Entretanto, importa ressaltar que a Lei nº 9.394/96 (LDBEN) inova nas possibilidades de um acesso menos elitista para a educação superior, tais como a regulamentação da educação à distância, a obrigatoriedade de cursos noturnos nas instituições públicas, a criação de Institutos Superiores de Educação para a formação do magistério do ensino fundamental e médio dentre outros.

Em complemento à LDBEN, o Decreto nº 2.306/97 regulamenta um modelo tríplice para a educação superior, já cogitado pelo GT da reforma universitária de 1968, ao definir a organização acadêmica das instituições de ensino superior em universidade, centro universitário e instituições não-universitárias (constituídas por faculdades integradas, faculdades, institutos de educação superior ou escolas superiores).

O processo de expansão da educação superior adquire maior visibilidade nas gestões dos governos de Fernando Henrique (1995-2002), momento em que a política governamental brasileira se serviu de diagnósticos dos organismos internacionais para difundir uma concepção de universidade calcada em princípios mercantilistas e produtivistas.

No período em foco, podemos observar conforme a tabela 1 crescimento acelerado da educação superior no Brasil, com forte predominância numérica do setor privado. Cabe destacar que no setor público, temos predominância de instituições universitárias, enquanto no setor privado há um domínio maior de outros modelos institucionais que oferecem cursos superiores (Centros Universitários, Faculdades Integradas e Faculdades Isoladas).

Tabela 1 - Evolução do Número de Instituições por Categoria Administrativa - Brasil 1997-2008

Ano	Pública	Δ%	Privada	Δ%	Total	Δ%
1997	211	-	689	-	900	-
1998	209	-09	764	10,9	973	8,1
1999	192	-8,1	905	18,5	1.097	12,7
2000	176	-8,3	1.004	10,9	1.180	7,6
2001	183	4,0	1208	20,3	1391	17,9
2002	195	6,6	1442	19,4	1637	17,7
2003	207	6,2	1652	14,6	1859	13,6
2004	224	8,2	1789	8,3	2.013	8,3
2005	231	3,1	1934	8,1	2.165	7,6
2006	248	7,4	2.022	4,6	2.270	0,5
2007	249	0,4	2.032	0,5	2.281	0,5
2008	236	-5,2	2.016	-0,8	2.252	-1,3

Fonte: INEP/MEC

No período que segue, a partir de 2003(Governo Lula) vamos ter uma nova perspectiva de expansão da educação superior, em que o ritmo acelerado adquire um viés de inclusão social. Tal como argumenta Gomes (2008) a expansão no governo Lula assume um discurso de justiça social, de democratização da educação superior pública, gratuita e de qualidade, através de um conjunto de medidas e programas com objetivo de ampliar o acesso, sobretudo aos jovens trabalhadores.

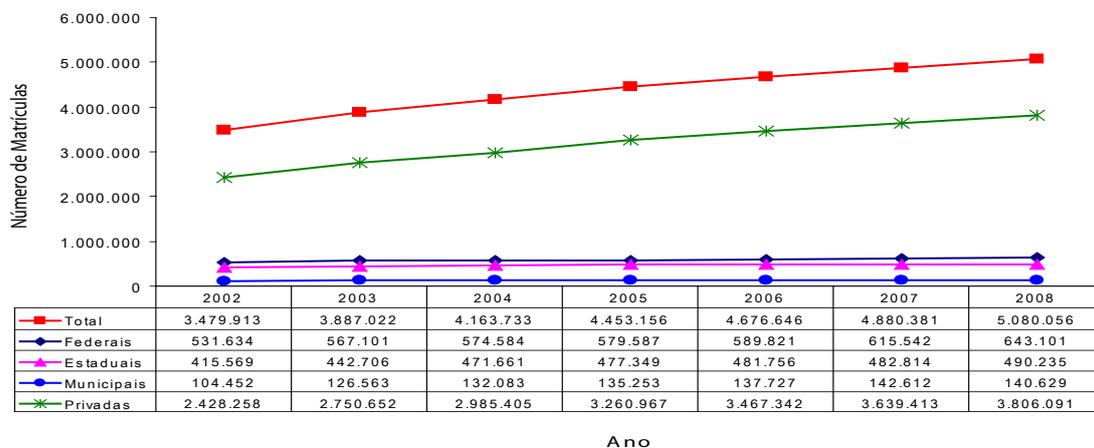
Um dos seus grandes desafios era o cumprimento do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) que estabelece como meta para 2010 a matrícula na educação superior de 30% da população entre 18-24 anos. Conforme Moehlecke & Catani (2006), o cenário resultante dos governos anteriores é de um projeto de expansão do ensino superior, que apesar da resistência das universidades públicas e dos percalços existentes, representou a ampliação do acesso para grande parte da população, com a maior oferta de cursos e vagas. Mas representou também crise financeira no setor público, e a proliferação de cursos e instituições privadas com padrões mínimos de qualidade, afastados da idéia de universidade.

As consequências desse processo se intensificam em 2002, com o começo do esgotamento dessa expansão, uma vez que aumentaram as vagas, mas grande parte destas encontrava-se ociosas na iniciativa privada. Com a universalização do ensino fundamental e extensão progressiva do ensino médio, o número de aspirantes ao ensino superior provenientes de população de baixa renda aumenta de forma considerável, sendo que estes encontram barreiras para entrar nas instituições públicas frente aos exames vestibulares, e a maioria destes não tem condições financeiras de arcar com os custos de um ensino privado, mesmo os mais baratos, diferentemente da classe média beneficiada anteriormente pelo setor.

Ações são utilizadas para a sustentação financeira dos estabelecimentos existentes, os quais se destacam o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que surge em 2003, voltado para a “estatização” das vagas nas instituições privadas e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) através do Decreto n. 6.096/2007, que tem por objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, Art. 1º).

É preciso reconhecer que apesar dos investimentos realizados no governo Lula para a expansão das matrículas na rede pública, a predominância de vagas continua no setor privado. Mas, destacamos que houve uma revalorização das universidades públicas através da criação de novas universidades federais, interiorização de *campi*, a contratação de docentes e a ampliação de verbas para pesquisadores pelas agências de fomento.

Gráfico 1: Evolução do número de Matrículas – Graduação Presencial por Categoria Administrativa- Brasil – 2002-2008



Fonte: INEP/MEC

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2008 (BRASIL, 2009) o Brasil tem mais de cinco milhões de alunos matriculados em cursos superiores, sendo a maioria em instituições privadas, conforme gráfico 1. Outro dado constatado é que o Brasil não vai cumprir a meta de até 2010 incluir 30% da população entre 18 e 24 anos na universidade conforme determina o Plano Nacional de Educação, uma vez que atualmente a taxa está próxima a 14% de acordo com o censo 2008 (BRASIL, 2009).

2. Universidades estaduais no cenário de expansão da educação superior

O panorama esboçado nos permite inferir que o Estado se configura como uma arena de disputas políticas entre grupos com interesses diversos, tanto dentro quanto fora da máquina estatal. Essas disputas por sua vez estão ligadas à construção das políticas públicas, mediação da própria ação ou omissão do Estado (AZEVEDO, 2002). O que nos ajuda a compreender a materialização das políticas públicas, dentre as quais a educação superior.

Desse modo, consideramos que apesar da heterogeneidade existe a possibilidade de (re)direcionamento de uma reforma mais ampla, onde está contida não só a Reforma Universitária, mas a própria Reforma do Estado brasileiro, que repercute nos Governos Estaduais.

Nesse contexto, é importante considerar a contribuição das universidades estaduais na geração de conhecimento e no impacto em diferentes áreas que se estendem país afora. As universidades estaduais surgiram em épocas diferentes e com missões diferentes, variando desde a rede estadual paulista que precederam as federais e surgiram em decorrência de um projeto vinculado à construção de instituições universitárias sólidas envolvidas na disputa hegemônica com o Estado Nacional, até às redes estaduais nordestinas, mais voltadas para o atendimento à necessidade de formação de recursos humanos, com atividades universitárias menos complexas e mais focadas nas cidades do interior, até então não atendidas por outras instituições de ensino superior.

Segundo dados do Censo da Educação Superior 2008 (BRASIL, 2009) no que se refere a Instituições de Ensino Superior, o Brasil tem 90% de instituições privadas e 10% públicas, divididas em federais (4,1%), estaduais (3,6%) e municipais (2,7%). Quanto às matrículas, cerca de 3,8 milhões (74,9%) pertencem às instituições privadas, que registraram aumento de 4,6% em relação ao ano anterior. As demais matrículas estão distribuídas em IES federais (12,7%), estaduais (9,7%) e municipais (2,8%). Outro dado importante é que no ano de 2008, o percentual de concluintes em relação aos ingressantes de 2005 foi de 57,3%. Taxas mais altas que a taxa de conclusão total foram observadas entre os alunos das instituições federais (67%) seguidos pelos alunos das instituições estaduais (64,3%) e das municipais (61,2%). As instituições privadas continuam a apresentar as menores taxas de conclusão nos cursos (55,3%). Sendo o setor público é predominante em IES credenciadas como Universidades:

Universidades por dependência administrativa	Nº	%
Federais	55	30,05
Estaduais	36	19,67
Municipais	06	3,28
Privadas	86	45,74
Total geral	183	100,0

Fonte: INEP/MEC

Apesar da expansão e interiorização da educação superior na rede federal na última década, temos uma parcela significativa de matrículas na rede estadual, tradicionalmente localizadas no interior do país. De acordo com o Censo da Educação Superior 2008 (BRASIL, 2009), quanto à matrículas em cursos presenciais, dos alunos matriculados nas instituições federais, 64,42% estão localizados nas capitais e 37,57% no interior; enquanto os alunos das estaduais 74,08% estão localizados no interior e 25,91 nas capitais.

Vale destacar que a rede privada é responsável por 74,9% do total de 5.080.056 alunos de graduação matriculados no Brasil em 2008; No entanto se caracterizam em sua maioria por serem instituições diversificadas (faculdades isoladas, centros, institutos) e quanto à interiorização apresentam característica intermediária entre as federais e estaduais, com 53% de alunos no interior e 46% nas capitais. Já no Nordeste, a situação é diferente da média nacional, posto que 71,38% dos alunos matriculados na rede privada estão nas capitais e 28,61%, o que por seu turno podemos inferir que a renda econômica das comunidades do interior seja um obstáculo para esse setor. A maior taxa de interiorização das IES privadas está no Estado de Pernambuco (39%); e as menores taxas nos Estados de Alagoas (6,4%), Sergipe (10,11%), lembrando que nesse Estado não há nenhuma instituição estadual; Ceará (15%) e Rio Grande do Norte com 16% (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com o Censo da Educação Superior 2008 (BRASIL, 2009), no caso do Nordeste, os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia possuem maior número de alunos

nas instituições estaduais em relação às federais, com a característica de atenderem majoritariamente estudantes de municípios interioranos, ao contrário das instituições federais que ofertam prioritariamente cursos nas capitais. Em outros Estados, como São Paulo e Paraná, também há mais vagas na rede estadual, e em Minas Gerais e Rio Grande do Sul há uma forte interiorização de matrículas no setor público, sobretudo em Minas com 70% de matrículas na rede federal em cidades do interior. No entanto cabe ressaltar a peculiaridade dos Estados do Sul e Sudeste, cuja pujança de suas economias contribui para uma rede pública forte e consolidada em instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.

Esse panorama sugere a importância de uma abordagem que contemple a discussão da participação das universidades estaduais no Brasil, por estas ocuparem em seu contexto histórico político um espaço territorial e de oferta da educação superior pelos Estados, fase à ausência da União, sobretudo no interior do país. Isto porque somente na última década é que se ampliou a interiorização no sistema federal. Essa questão nos remete ainda a visualizar a complexidade organizacional das universidades estaduais, num cenário de heterogeneidade e desigualdades entre as várias regiões do país, destacando-se que os estudos na área concentram-se nas estaduais paulistas.

Existe uma grande heterogeneidade neste conjunto de instituições. Ao lado de universidades de grande porte, que desenvolvem pesquisas de ponta em diferentes áreas do conhecimento, que apresentam estruturas administrativas e acadêmicas complexas, que contam com aportes governamentais de grande monta, há universidades criadas recentemente, muitas vezes até ignoradas no cômputo realizado pelo órgão federal de governo e sobre as quais pouco ou nada se conhece. (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998, p.13).

Nesse processo é importante destacar que mesmo diante das restrições orçamentárias na década de 1990 por parte do governo federal, observam-se no Brasil, tentativas de governos estaduais em investirem na expansão da educação superior (SANTOS 2005). Tais como nos Estados da Bahia (Universidade Estadual de Santa Cruz- 1991), Goiás (Universidade Estadual de Goiás – 1999), Rio Grande do Sul (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - 2001).

Desse modo, as universidades estaduais constituem-se um campo fértil de estudos, e suas ações no campo do ensino, pesquisa e extensão são indicativos propulsores para se pensar o enfrentamento de problemáticas regionais onde estão inseridas, sobretudo em regiões mais pobres do país, como é o caso do Nordeste.

3. O cenário potiguar: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte está localizado na Região Nordeste do país, faz limite ao norte com o oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a Oeste com o Ceará. É dividido em 167 municípios e ocupa uma área de 52.796,791 km². Sua população é na estimada em 3.137.541 habitantes, dos quais 73% vivem em cidades (áreas urbanas), sendo as mais importantes Natal, Mossoró, Parnamirim, Assu, Currais Novos e Caicó (BRASIL, 2006)

No âmbito da educação superior tem 03 universidades públicas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (Campus Central em Natal e Campus do Seridó em Caicó); Universidade Federal Rural do Semi-Árido -UFERSA (Campus de Mossoró, Angicos e Caraúbas); Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (Campus Central em Mossoró e mais cinco *campi* Avançados nos municípios de Pau dos Ferros, Patu, Assu, Natal e Caicó, além de onze Núcleos Avançados de Educação Superior (Caraúbas, Apodi, Areia Branca, Alexandria, Umarizal, São Miguel, Macau, Touros, João Câmara, Nova Cruz e Santa Cruz); uma universidade privada – Universidade Potiguar – UNP (Natal e Mossoró), o Instituto Federal de Educação Tecnológica com nove campi espalhados pelo Estado e dezessete Faculdades privadas (BRASIL, 2006).

As Instituições públicas continuam como principais responsáveis pela educação superior no Estado (48,99%), bem próxima à rede privada (51%). As matrículas nas federais representam 33,23% do total, sendo 83,07% na capital e 16,92% no interior; na estadual somam 15,7%, sendo 9,76% na capital e 90,23% no interior; e a rede privada tem 83,88% de matrículas na capital e 16,11% no interior (BRASIL, 2009).

Conforme aponta Castro (2008) o Rio Grande do Norte compartilha das mesmas características adotadas pelo Brasil com relação às políticas de expansão do ensino superior, porém, por possuir uma estrutura econômica e social frágil, acompanha essa tendência de forma particular e mais lenta. Ainda segundo a autora, enquanto no Brasil em 2006 é evidente o crescimento do ensino superior privado, responsável por 87,40% das vagas, e o ensino superior público com apenas 12,60% das vagas, vamos ter no Rio Grande do Norte um processo um pouco mais lento, pois somente no ano de 2003 as IES privadas superam o número de vagas ofertadas pelas públicas. Apesar de o setor privado ter crescido rapidamente, o setor público no Rio Grande do Norte mantém certo equilíbrio na sua ampliação, tendo sido responsável em 2008 por 48,99% das vagas oferecidas e o setor privado com 51%.

Nesta perspectiva, notamos um esforço do Rio Grande do Norte em investir no ensino superior público. É fato que com 90,23% matriculados na Universidade Estadual, esta tem possibilitado diminuição de desigualdades sociais e regionais, e ampliado a formação de professores junto aos municípios norte-rio-grandenses *campi* e unidades acadêmicas não atendidos pela rede federal. Ressaltando-se assim, a função das universidades públicas em seu papel de produtoras, organizadoras e transmissoras do conhecimento.

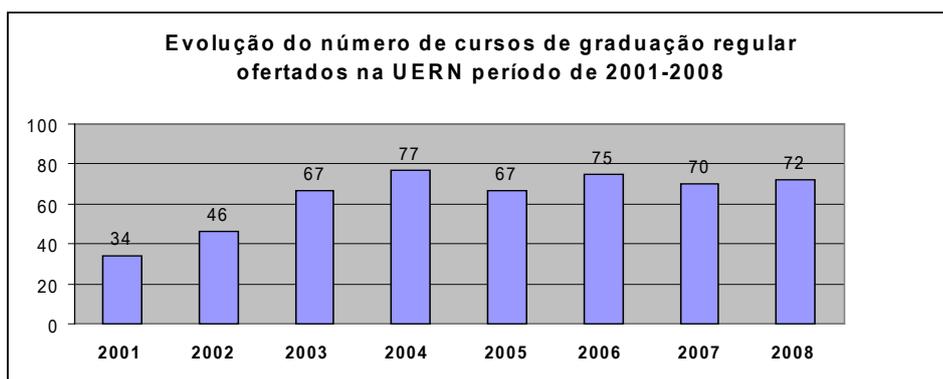
Nesse contexto, cabe questionar o processo de ampliação de oportunidades de acesso, no tocante às condições de funcionamento, financiamento e qualidade social do ensino ofertado. Conforme nos aponta Dias Sobrinho (2010) é preciso assegurar o direito a todos à educação de qualidade, porém devemos reconhecer que mesmo uma educação insatisfatória ainda é melhor que nenhuma, já que pode de alguma forma contribuir para elevar o patrimônio coletivo de conhecimentos e competências profissionais de uma nação. E estes podem melhor construir um itinerário educativo compatível com as demandas da sociedade global.

Longe do conformismo a ideia é resgatar a educação como bem público e mobilizar

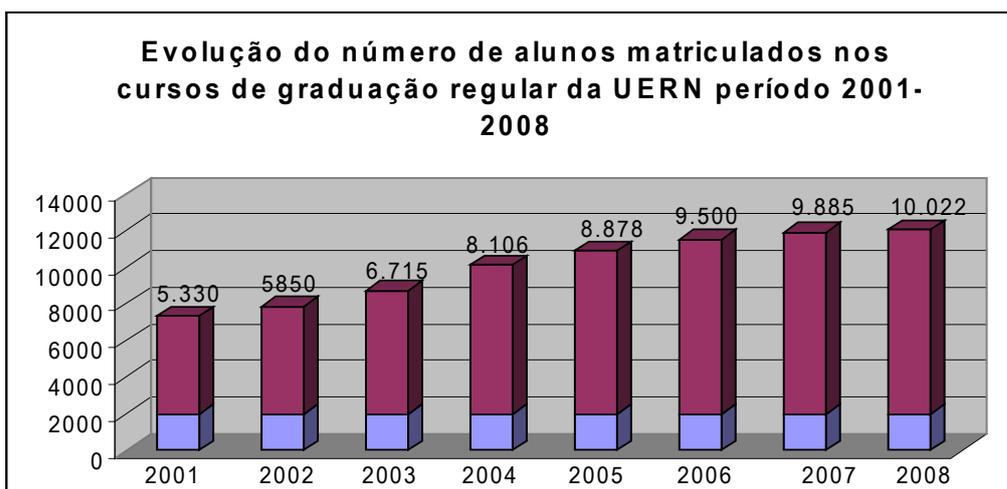
transformações sustentáveis que ultrapassam o espaço das instituições de educação superior e ocorrem em médio e longo prazo. Sob essa ótica, entendemos que mesmo com alguns percalços e dificuldades institucionais próprios e peculiares às instituições públicas de um modo geral, as universidades estaduais exercem um papel preponderante na redução das assimetrias sociais e regionais e na descentralização da produção do conhecimento e do saber. Esse processo ocorre no movimento de ajuste, resistência e inovação da (SANTOS, 1997; 1999; 2000, 2003; 2004; 2006) são mediadas por constantes reestruturação (CATANI; OLIVEIRA, 2002)

Fundada há 42 anos (1968) e estadualizada há 23 anos (1987), a UERN adotou desde sua implantação medidas para a ampliação do acesso de alunos das várias regiões do interior do Estado. Medidas estas, que vem sendo intensificadas a partir de 2002, em função das pressões por atendimento das demandas imediatas. Desse modo, até 2001, a UERN contava com o *Campus* Central no município de Mossoró e mais três *campi* Avançados, nos municípios de Pau dos Ferros (1976), Assu (1974), Patu (1980).

Em 2002 tem início uma nova fase de expansão geográfica, 22 anos depois de encerrada a primeira. A partir desse ano, criam-se dois novos *campi*: Natal (2002), e Caicó (2004) e inaugura-se um novo tipo de unidade acadêmica: o Núcleo Avançado de Educação Superior, com o fim de estender sua presença a todas as regiões do Estado do Rio Grande do Norte. O ano de 2005 termina com a UERN presente em todas as regiões do estado. Sua capilaridade é tal que nenhum núcleo urbano está localizado a mais de 60 km de um curso da UERN. Desse modo, a UERN é hoje formada por um campus central e 5 *campi* avançados e por 11 Núcleos Avançados de Educação Superior: Caraúbas, Apodi, Areia Branca, Alexandria, Umarizal, São Miguel, Macau, Touros, João Câmara, Nova Cruz e Santa Cruz (UERN, 2008).



Fonte: <http://www.uern.br/40anos>



Fonte: <http://www.uern.br/40anos>

No processo de interiorização, os Núcleos Avançados de Educação Superior foram sendo instalados em cumprimento às ações previstas na política de expansão da graduação da UERN, prevista na sua Proposta Pedagógica (1999). Os cursos ofertados nos núcleos têm caráter rotativo, de acordo com a demanda existente nas diversas regiões do Estado e, mais especificamente dos municípios, sendo geralmente voltados para as licenciaturas. Por esta característica há movimentos de tensões na comunidade acadêmica da instituição, quanto à permanência dessas unidades, vez que, essa ampliação do acesso não tem sido acompanhada da qualidade significativa do ensino, e, sobretudo pela descaracterização de um espaço de fato acadêmico (ensino, pesquisa, extensão), pois os núcleos funcionam em prédios (escolas da educação básica) cedidos pelas prefeituras dos referidos municípios.

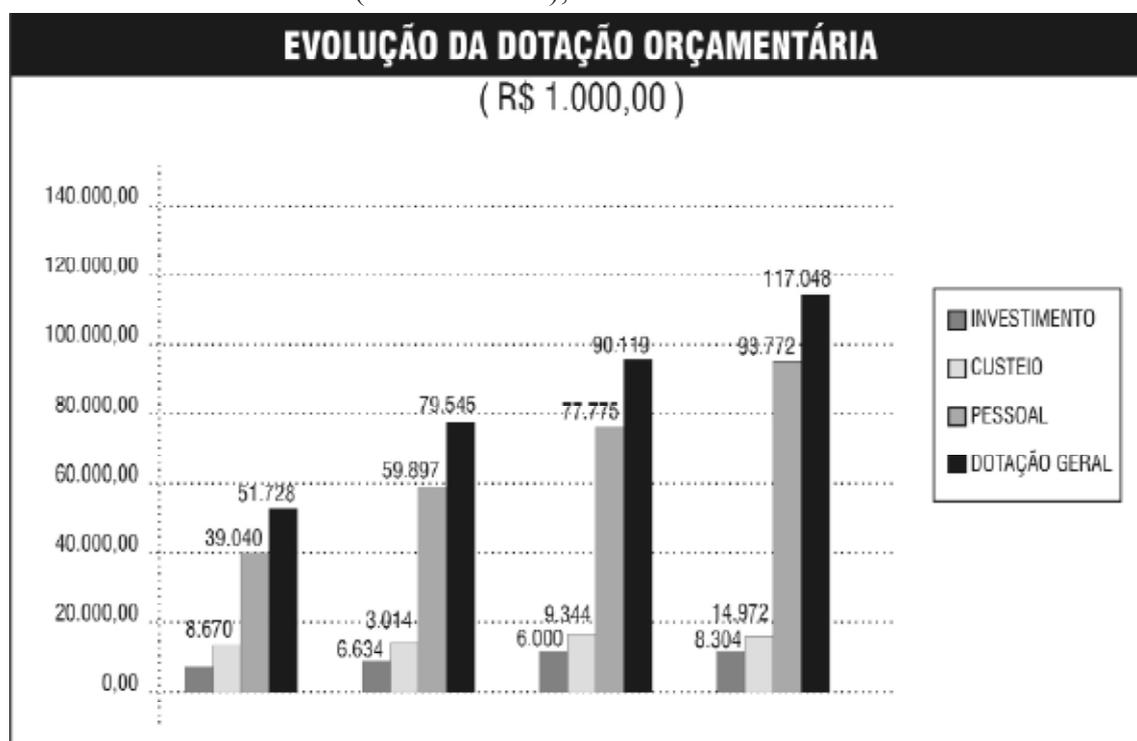
Essa nova fase de expansão não foi apenas geográfica. Ela se fez acompanhar também de uma expansão na oferta de cursos e de novas áreas do conhecimento. A área de Ciências da Saúde ganhou novos cursos (Medicina e Odontologia) e os já existentes (Enfermagem e Educação Física) foram interiorizados, passando a ser ofertados em alguns núcleos e *campi*. A área de Ciências Sociais Aplicadas foi ampliada com a criação dos cursos de Turismo e de Gestão Ambiental, a de Ciências Sociais, com os cursos de Ciências da Religião e Comunicação Social, a de Ciências Humanas, com Filosofia, Língua Espanhola e Música. No total são ofertados 12 licenciaturas e 12 bacharelados (UERN, 2008).

Importa destacar alguns indicativos na UERN, no caminho da democratização, tais como a política de cotas para egressos da rede pública de ensino. Por meio da Lei Estadual nº 8.258, de 27 de dezembro de 2002, é garantida a reserva de cinquenta por cento das vagas em seu processo seletivo a alunos que tenham cursado integralmente a educação básica em rede pública de ensino. A UERN garante ainda a isenção de 100% da taxa de inscrição do Processo Seletivo Vocacionado - PSV para alunos que comprovem terem cursado nos três anos anteriores o ensino médio em rede pública do Rio Grande do Norte, ou tenham cursado na rede privada do Estado na condição de bolsista (UERN, 2008).

Cerca de 60% dos alunos da UERN são provenientes da escola pública. De 2001 a

2008 o número de alunos duplicou, passando de 5.330 para 10.881 estudantes – o que pode ser justificado pela ampliação da oferta de vagas e cursos (UERN, 2008). Entretanto, o que aparentemente é tido como bom, pois a UERN está em todas as regiões do Estado, se constituiu problemático, criando uma grande dificuldade financeira para a instituição, pois a criação de cursos, *campi* e núcleos foram aprovados pela Assembléia Legislativa através de projetos de deputados, ferindo a autonomia pedagógica e administrativa da UERN. Isto porque a política de expansão não foi previamente discutida nos colegiados e atropelou o projeto político pedagógico institucional em definir um projeto de expansão.

São inegáveis os benefícios sociais que a ampliação da oferta possa trazer ao Estado. No entanto, o quadro orçamentário da UERN é pouco animador, de modo que possa expressar a articulação entre expansão da oferta e investimentos que garanta não apenas uma universidade que se expanda, mas que se conduza no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essa perspectiva se reflete diante da receita da UERN, em torno de 117.148.000,00 em 2008, tendo cerca de 80% de despesa com folha de pagamento, o que compromete, por exemplo, de forma significativa maiores investimentos na pesquisa e na extensão (UERN, 2008). No entanto é inegável as conquistas alcançadas através do esforço da comunidade acadêmica, tais como a expansão vertical através da aprovação de cursos pós-graduação, em 2008: Mestrado em Ciências da Computação (UERN-UFERSA) em Mossoró; Mestrado em Física (UERN – Mossoró); Mestrado em letras (CAMEAM-UERN/ Pau dos Ferros); DINTER – Ciência da Saúde (UFRN-UERN); EM 2010: MINTER – Direito (UFRN-UERN); Mestrado em Ciências Naturais.



Fonte: MARQUES, M; CÂNDIDO, A. **Cartilha de Prestação de Contas** (Gestão 2005-2009). Mossoró, UERN, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo acadêmico constituído nessa trajetória de transformações se apresenta com bastante heterogeneidade institucional, uma multiplicidade de objetivos e competências e vocações acadêmicas diversas, o que por sua vez demanda tratamentos heterogêneos que impulsionem a qualificação formativa. Essa parece não ser uma tarefa fácil, mas constitui-se necessária a busca de alternativas para essa nova realidade.

Nesse redesenho do cenário nacional, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, única no âmbito estadual, tem sua história marcada pela permanente tensão entre os apelos das demandas imediatas e locais e as exigências de produção de saberes gerais, muitas vezes abstratos, a qual se expressa em muitos momentos como tensão entre sua autonomia financeira e as injunções conjunturais.

Entendemos que mesmo num contexto ambíguo do planejamento pedagógico, financeiro, da presença de interesses diversos, e de sobrevivência institucional, a universidade estadual exerce um papel preponderante na redução das assimetrias sociais e regionais e na descentralização da produção do conhecimento e do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- BRASIL. **Censo da educação superior**: 2008. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.
- BRASIL. Decreto n 6.096, 24 abr. 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI - **Diário Oficial da União**, 25. abr. 2007.
- BRASIL. **Educação superior brasileira**: 1991-1994 - Rio Grande do Norte. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **CNE**, 1996.
- BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- CATANI, A.; OLIVEIRA, J. F. **Educação superior no Brasil**: reestruturação e metamorfose das universidades públicas, Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASTRO, A. M. D. A. O ensino superior no RN: das primeiras iniciativas a sua atual configuração. **Anais do V Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste**: Natal, RN, 2008.
- DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão In: **Educação e Sociedade** v. 31,n.113 p. 1223-1245, out-dez. Campinas: SP, Cortez, 2010.
- DOURADO, L. F. A Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23 n. 80- set. 2002.
- GOMES, A. M. As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In:

- MACEBO, Deise; SILVA JR. João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira. **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, 2008.
- MADEIRA, U. P. C. Algumas tendências atuais na evolução do ensino superior brasileiro. In: **A Universidade brasileira nos anos 80**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1981. (Coleção Documentos Universitários, nº 12).
- MOEHLECKE, S.; CATANI, A. M. Reforma e Expansão do Acesso ao Ensino Superior: balanço e proposições. In: Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). In: **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios** / OLIVEIRA, J. F [et al.]. – Brasília: INEP 2006.
- MARQUES, M; CÂNDIDO, A. **Cartilha de Prestação de Contas (Gestão 2005-2009)**. Mossoró, UERN, 2009.
- MORROW, R. A; TORRES, C. A. Estado, globalização e políticas educacionais In: BURBULES, N; TORRES, C. A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F.; AMARAL, N. C. Desafios e Perspectivas de uma Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). In: **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios** / OLIVEIRA, J. F [et al.]. – Brasília: INEP 2006.
- SAMPAIO, Helena, BALBACHESKY, Elisabeth, PEÑALOZA, Verónica. **Universidades estaduais no Brasil: características institucionais**. São Paulo: NUPES/USP, 1998. (Documento de Trabalho; n. 4).
- SANTOS, B. S. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Reinventar a democracia: entre pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et all. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: contraponto, 1999.
- _____. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento (entrevista). **Currículo sem fronteiras** v. 3 n.2. jul/dez 2003.
- _____. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Os processos da globalização In: SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2006.
- UERN. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2008-2011)**. Mossoró, RN, 2008.
- UERN. **Proposta pedagógica da UERN**. Mossoró, RN, 1999.